

**A ÁFRICA
E OS AFRICANOS
NA HISTÓRIA
E NOS MITOS**

© 2021 by Alberto da Costa e Silva

Direitos de edição da obra em língua portuguesa no Brasil adquiridos pela EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copirraite.

EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A.
Rua Candelária, 60 — 7º andar — Centro — 20091-020
Rio de Janeiro — RJ — Brasil
Tel.: (21) 3882-8200

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Alberto da Costa e

A África e os africanos na história e nos mitos/Alberto da Costa e Silva. --
2ª edição -- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.
208 p.

ISBN 978-65-56402-66-6

1. África - Civilização 2. África - História 3. Cultura africana 4. Mitologia africana I. Título.

21-59221

CDD-960

Índices para catálogo sistemático:

1. África : História 960

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

Capa

Folha de rosto

Créditos

Sobre a história da África

Espelho frente a espelho

Africanos no Brasil

Cartas de um embaixador dos reis do Benim e de Onim

José Bonifácio e o curso do Níger

Os iluministas, os africanos e a escravidão

Para uma história comparada da escravidão

Memória sobre o reino do Daomé

O rei, o pai e a morte

O escravo nos anúncios de jornal

Estrangeiros no Brasil, estrangeiros na África

Os agudás

A África de D. João

O comércio do Brasil com a África nos tempos de D. João

A África de Jorge Amado

Um ABC da escultura africana

O império, por despedida

Lagos, Nigéria

Colofão

SOBRE A HISTÓRIA DA ÁFRICA

Há mais de sessenta anos, voltei os meus olhos para a África. Do meu jeito. Pois, um dos últimos representantes da moribunda e perigosa nação dos autodidatas, não quis senão ser isto: um diletante, um amoroso da história africana, educado na voracidade das leituras.

Talvez me coubesse contar que, no início, queria estudar a África a se desenrolar no tempo para tentar compreender melhor a formação do Brasil. Estudar, por exemplo, a metalurgia tradicional africana para verificar de que regiões recebemos os fornos mais antigos para a produção de ferro no Brasil. Comparar os nossos quilombos com os que, já no século XVI, André Álvares d'Almada descreveu na Alta Guiné, e as técnicas de guerra nas florestas e nas savanas lá e cá. A África ajudava a explicar o Brasil.

Não tardou muito, porém, para que me fascinasse a África como África ou, melhor, as várias Áfricas e suas relações com os diferentes quadrantes do mundo. Assim como se estudam a Grécia clássica e o Renascimento italiano, deveríamos estudar a Núbia, o império do Mali e o reino de Ifé. Conhecer a África e a sua história pelo prazer intelectual de conhecê-las. Pela alegria de sistematicamente descobri-las.

Eis que, de repente, do livro que leio, vejo sair, de turbante e roupa bordada com fios de ouro, e o nariz, a boca e o queixo cobertos por um véu, o *negachi* ou imperador da Etiópia, protegido por um enorme guarda-sol carmesim e precedido por músicos tocando tambores, flautas e trombetas. À frente, fâmulos conduzem quatro leões em suas trelas. O *negachi* segue para a sala de banquetes e senta-se num tamborete revestido de ouro, diante de uma grande mesa repleta de numerosos e variadíssimos pratos, tendo à sua direita os principais cortesãos e clérigos e, à esquerda, as princesas reais. Ao terminar de comer, os convidados levantam-se e saem da sala. Os lugares vão ser então ocupados por uma

nova leva de pessoas, de nível inferior ao do primeiro grupo. Essas, por sua vez, são substituídas por seus subordinados. Esse novo grupo, composto também pelas crianças filhas dos militares que serviam no palácio, comia de pé. E de pé se serviam igualmente os que vinham em seguida, os soldados de menor grau. Finalmente, os serviçais e os guardas recolhiam e levavam para casa o muito que sobrava.

Esta cena da refeição do *negachi* Bekaffa (1721-1740), que, se fosse do Medievo europeu, teria encantado o Henry Adams de *Monte Saint-Michel e Chartres* e o Iohan Huizinga de *O Outono da Idade Média*, consta de uma crônica escrita na metade do século XVIII, em gueze ou geez, no alfabeto desse antigo idioma africano — e faz parte de uma das muitas vidas de imperadores e santos etíopes que se preservaram até os nossos dias, várias delas traduzidas para a nossa língua pelo oficial do exército português Esteves Pereira. No início do Seiscentos, o Padre Pero Paes teve acesso a um número muito maior de relatos como esses e com eles produziu a sua quase mágica *História da Etiópia*.

Um das minhas primeiras surpresas como leitor foi perceber que, na África Negra tida por ágrafa, havia, antes da impregnação europeia, livros de história, escritos por africanos, em árabe ou em sua língua materna, usando o alfabeto árabe — a aljamia —, narrando os sucessos que haviam presenciado e aqueles que a tradição preservava ou os bardos evocavam de um passado recente ou distante. Como a *Crônica de Quíloa*, da qual teve conhecimento, como se mostra no capítulo VIII da *Primeira Década da Ásia*, o grande João de Barros. Alguns desses textos históricos, produzidos nas regiões que cedo sofreram o influxo do Islame, como o Sael e o litoral africano do Índico, são pouco mais do que listas de soberanos ou relatos muito concisos, ainda que com informações preciosas, como o *Divã dos sultões de Bornu*, em cujas poucas páginas os sucessivos cronistas reais foram registrando, a partir possivelmente do século XVIII, os principais acontecimentos desde o início do segundo milênio até 1808.

Quando, no *Divã*, se chegar ao reino de Ídris Aloma, mude-se de texto, para se deixar seduzir pelas descrições, que fez em árabe, das campanhas militares do famoso sultão do Quinhentos, o seu conterrâneo e contemporâneo, o grande imame do Bornu e erudito Ahmad ibn Furtu (ou Fartua). Numa das guerras de Ídris Aloma, somos levados até as muralhas, feitas de troncos e barro, da cidade de Amsaca. Como, do alto

dos muros, os sitiados lançassem fogo e pedra, lanças e flechas envenenadas, bolas de barros e vasos com excremento a ferver, Ídris mandou construir três torres de madeira e colocou-as em diferentes lados das fortificações inimigas. Do alto delas, os arcabuzeiros podiam atingir com suas balas os adversários, que, para se proteger, não puderam impedir que os bornus chegassem ao fosso que envolvia a muralha, o enchessem de terra e, com machados e enxadas, abrissem brechas na grossa parede.

Nos dois relatos cheios de cor e de vida que Ibn Fartua escreveu, entre 1576 e 1578, sobre Ídris Aloma, ele se reporta, em alguns parágrafos, a fatos ocorridos um ou dois séculos antes. No entanto a sua principal matéria é o seu tempo, os anos em que transcorria a sua vida, tratando de acontecimentos que presenciou ou ouviu de pessoas que deles participaram ou a eles assistiram. O contrário ocorre com quase todas as obras de história escritas em árabe ou em aljamia por africanos, desde o *Tarikh al Fattash*, de Muhamed Kati e Ibn al-Maktar, e o *Tarikh as Sudan*, de Al Sadi, que são do século XVII, até a *Crônica de Lamu*, datada do fim do século XIX ou início do XX, pois se apoiam sobre tradições orais. O mesmo sucederá com as obras escritas em idiomas europeus ou africanos utilizando o alfabeto latino, as quais têm como exemplos maiores *A History of the Yorubas*, de Samuel Johnson, completada em 1897, e *A Short History of Benin*, de Jacob Egharevba, que é de 1934.

A voga das histórias locais — até mesmo de minirreinos —, cheias de prestígio nos últimos anos do Oitocentos e na primeira metade do Novecentos, possibilitou a preservação de um volume considerável de tradições, ainda que imobilizadas em determinado momento e na versão de determinado ancião, chefe de linhagem, linguista de corte ou bardo. Não é infrequente que nesses relatos se entrelacem e até mesmo se confundam o mundo que temos por real e o mundo do mito, e que a magia e o milagre contagiem o quotidiano e sirvam de explicação para o poderio de um povo ou de um líder, como é o caso do *satigi*, ou rei de Futa Toro, Samba Gelaajo Jeegi, que viveu na primeira metade do século XVIII.

A história oral não desmente os documentos franceses em que ele figura, mas assevera que deveu a sua ascensão ao poder, e a permanência nele por mais tempo do que os demais *satigis* de sua época — sempre

ameaçados de deposição e morte por outros candidatos ao assento real —, à fama de guerreiro impiedoso, sanguinário e dotado de poderes sobrenaturais. Os seus grigris lhe fechavam completamente o corpo; em combate, nenhuma montaria se comparava à sua égua encantada, e sua espingarda, que não necessitava de ser carregada, jamais errava a mira: bastava tirá-la do estojo para que o adversário caísse morto. Em nenhum dos poemas e racontos que o consagram como o herói mais famoso da Senegâmbia menciona-se que deveu parte de seu êxito à aliança com os marroquinos, franceses e mauritanos, nem que assentava a sua força na preia e comercialização de escravos. Talvez os poderes que o diferenciavam dos demais homens lhe tenham sido acrescentados após a morte, mas é possível, e até provável, que, quando vivo, já corresse o seu renome de invulnerável e invencível, e isso tivesse contribuído para acuar os adversários e enfraquecê-los.

A gesta de Samba Gelaajo Jeegi possui um núcleo de verdade histórica. Os relatos dos bardos não alteram a sua linhagem nem o seu percurso como homem do poder: era um fula da família real Denianquê; não era um usurpador nem um arrivista. Se o fosse, os guardiães da história do reino do Futa Toro teriam provavelmente criado uma nova tradição para ajustar o passado à realidade do presente. É da natureza das histórias orais das nações africanas serem parcialmente inventadas e reinventadas com as mudanças de dinastias, e esse processo mereceu a atenção dos primeiros europeus que as recolheram. Era matéria corriqueira de análise — e até mesmo de esforços para descobrir, como num palimpsesto, o relato anterior que modificara ou substituíra — desde quase um século antes do livro sobre a invenção da tradição, de Eric Hobsbaum e Terence Ranger, este último, não por acaso, um africanista.

Tradições de povos negros foram transcritas em várias obras de geógrafos, historiadores e viajantes árabes e arabizados, desde a expansão do Islame, mas sobretudo a partir do século IX. Embora este e aquele autor nos afirmem que o ouro do Gana nascia como plantas na terra, do mesmo modo que as cenouras, e revelem em alguns momentos um excesso de credulidade, os seus relatos sobre a antiga Gana, e não só sobre ela, têm sido parcialmente confirmados pela arqueologia, e esta explicada por eles. Relembro o fascínio com que li Al-Bakri, Al-Umari, Ibn Batuta, Ibn Khaldun, Leão, o Africano. e muitos mais, atentos,

curiosos, perscrutadores, assim como a sensação que com eles experimentei de me ver devolvido a um passado que me sabia novo e de cujas formas eu ia me apropriando.

Não estava desamparado nessa empresa, porque trazia comigo o que, sobre época menos antiga, a da expansão oceânica dos portugueses, me ficara da leitura, entre outros, de Zurara, Cadamosto, Duarte Pacheco Pereira, João de Barros e — por que não dizê-lo? — Camões. Em quase todos eles encontrava resumos ou fragmentos da história oral de sociedades sem escrita, registros que se foram multiplicando e se tornando cada vez mais extensos e minuciosos ao longo de quatrocentos anos, nos testemunhos deixados sobre as suas andanças numerosos europeus e americanos, homens de aventura e ciência — viajantes, exploradores, comerciantes, marinheiros, missionários, antropólogos, geógrafos, arqueólogos — nem sempre simpáticos aos africanos e frequentemente preconceituosos, mas que sabiam ver, ouvir e relatar por escrito o que viam e ouviam. Não consigo imaginar que se possa ler sem interesse e emoção Archibald Dalziel, Mungo Park, o padre Vicente Ferreira Pires, René Caillé, Heinrich Barth, Capelo e Ivens ou Leo Frobenius.

Não era só para ajustar o passado às conveniências do presente que se alteravam as tradições. Duas, três ou quatro pessoas que vejam a mesma cena — isto ensinou-nos Pirandello em *Così è (si vi pare)* e Akutagawa em *Roshomon* — delas farão relatos diferentes. E estes serão ainda mais discordantes, se pertencerem a distintos grupos ou classes sociais — a versão do criado só raramente se parece com a do patrão —, ou se estiverem em campos opostos. Sempre me perguntei como seria o poema épico do Homero dos troianos, e se estes, em sua *Iliada*, escorraçavam os gregos.

Sobre determinado fato ocorrido no antigo Daomé, temos de confrontar as versões, separadas pelo tempo e pelas circunstâncias, de William Snelgrave, Robert Norris, Vicente Ferreira Pires, Melville Herskovits e um escritor contemporâneo, Maurice Glélé. Um ouviu a história de um mercador local; outro, do rei, quando o visitava; outro, de um estrangeiro; outro de um chefe de aldeia; e outro cresceu com ela, por pertencer à família real. Tenho por todas essas versões estima semelhante e, como em nenhuma se negue o fato, nelas procurei as

parecenças, para, sabendo o que possivelmente aconteceu, tentar gizar por que e como se teria dado.

Um cabeça de linhagem que narra a um pesquisador um pedaço da história oral de seu povo ou lhe explica uma cerimônia pode ser tentado a dar galas ao que diz, a omitir o que tangencia o sagrado ou dar nova medida ao que acredita poderia apequenar o seu povo. Por sutil inteligência e um gosto fino de agradar, o informante pode — qual teria sucedido com Ogotemmêli em suas conversações com Marcel Griaule sobre a cosmologia dogon — ir dizendo o que, encaminhado pelas perguntas que lhe são feitas, imagina o que o interlocutor deseja ouvir.

Há outras espécies de impurezas. Uma das menos incomuns é o predomínio excludente na história oral de um grupo, que, sendo ágrafo, está em contacto com estrangeiros que dominam a palavra escrita, de uma versão recolhida, ou até mesmo parcialmente inventada, por um visitante e impressa em livro. Volta ela do texto à sua origem oral como se fosse a única, minimizando ou anulando todas as demais.

A imprecisão e volubilidade das tradições orais não impedem que estas sejam a fonte mais importante para a reconstrução histórica dos povos que eram ágrafos. Da maior parte da África, portanto. Elas merecem cuidado no trato, como também, de resto, os documentos escritos, os quais, embora pareçam neutros, são quase sempre parciais e, como sucede com as tradições orais que a memória coletiva guarda e altera, também mentem, dissimulam, calam e iludem, além de serem lidos de modo distinto de geração em geração.

Acresce que a esmagadora maioria dos documentos relativos à história africana existentes nos arquivos da Europa, das Américas e da própria África refere-se a experiências dos europeus, dos brasileiros e norte-americanos no continente. São documentos sobre a história dos estrangeiros na África, dos quais aprendemos a desentranhar a história dos povos africanos. Os documentos africanos anteriores à colonização ou delas contemporâneos são relativamente poucos. Alguns, como os dos Arquivos de Estado dos Dembos, em Angola, felizmente têm sido bem estudados. Mas o arquivo do reino do Congo perdeu-se, e o do sultanato de Sokoto continua fechado aos investigadores.

É uma experiência fascinante ler, virando-o pelo avesso, o relatório de um funcionário colonial europeu sobre o seu primeiro encontro com um potentado africano, e imaginar como este veria aquele, a medir-lhe, além

do mau odor — o europeu não tomava banho a não ser raramente —, a insensatez, a ignorância e a dureza de inteligência, que o fazia cometer, aos olhos do africano, as maiores abominações e ignomínias.

Talvez eu exagere ao afirmar que é por isso mesmo que a história, e não só a história da África, me apaixona: por não ser a simples transcrição de testemunhos e documentos, mas, sim, aproximações imaginadas e hipotéticas de acontecimentos que não presenciamos. Por cima do ombro de todo bom historiador há um ficcionista a lhe falar ao ouvido, e vice-versa. Como refazer por escrito a batalha de Waterloo melhor do que Stendhal? Como ignorar *Guerra e Paz*, de Tolstoi, ao relatar a invasão napoleônica da Rússia? Como escrever sobre as nobrezas, a tradicional e a bonapartista, e a alta burguesia francesa da passagem do século XIX para o XX, sem socorrer-se de Proust? A história que lemos e escrevemos é feita de surpresa, espanto, esperança, medo e sonho (sob a forma ou não de pesadelo). Palavra após palavra, imita a vida.

ESPELHO FRENTE A ESPELHO

Em 1324, durante sua peregrinação a Meca, Mansa Musa, o rei do Mali, na África Ocidental, contou no Cairo que seu antecessor estava convencido de que o oceano possuía, como os rios, uma outra margem e que era possível chegar até ela. Para isso, aprestou duzentas embarcações e mandou-as na direção do ocidente. Só um dos barcos voltou, para contar que os demais tinham sido engolidos pelo mar. Inconformado, o rei ordenou que se preparasse outra frota, de duas mil canoas. E embarcou numa delas. Não se soube mais dele. Se tivesse chegado às praias do outro lado do oceano e delas retornado, teria descoberto a América para o mundo islâmico, como Colombo faria, quase duzentos anos mais tarde, para a Europa cristã.

Poucas décadas se passaram da chegada de Cabral a Porto Seguro, e já desembarcavam em nossas terras africanos escravizados. E o século XVI não terminaria sem que se observasse a presença de caboclos brasileiros no reino do Congo.

Mais depressa do que os homens, atravessaram o Atlântico, e ganharam o interior da África, vegetais levados do Brasil, como o milho e a mandioca, que, na passagem do século XVI para o XVII, começavam a mudar radicalmente a dieta de povos africanos. Em contrapartida, espalharam-se pelo território brasileiro, trazidos da África, entre muitas outras árvores, o coqueiro e a mangueira. E, com essa troca, foram ficando semelhantes as paisagens nas duas margens do oceano.

Em 1641, quando os holandeses, que ocupavam parte do Nordeste do Brasil, enviaram uma esquadra para conquistar Luanda e garantir o acesso à mão de obra escrava, levaram com eles três companhias de “brasilienses”, sendo duzentos ameríndios. Já nas expedições saídas do Brasil para retomar Luanda aos holandeses, seguiram não só ameríndios, mas também soldados negros, africanos e crioulos, ou aqui nascidos.

O principal nome da reconquista, Salvador Correia de Sá e Benevides, pertence à nossa história. E nela também figuram com relevo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, que foram governadores de Luanda. Ter experiência brasileira tornou-se quase um requisito para ocupar um cargo de confiança nos enclaves portugueses em Angola.

Da metade do século XVII até a terceira década do XIX, cresceu o número de comerciantes vindos do Brasil que se instalavam em Luanda e Benguela. Com sócios poderosos no Rio de Janeiro, eles ajudavam a controlar o tráfico de cativos e faziam de Angola praticamente uma colônia do Brasil. Algo parecido se passava com Ajudá, onde o forte português de São João Batista dependia do governo da Bahia. Em Ajudá e em várias outras cidades do golfo do Benim, os mercadores oriundos do Brasil juntavam-se em bairros próprios, negociavam diretamente com os reis africanos, envolviam-se na política, tomavam partido nas guerras locais e fundavam novas cidades. Ao contrário do que sucedia em Angola, poucos se tinham por brancos. Muitos eram ex-escravos, e alguns prosperaram no comércio de gente.

Um desses mercadores vindos do Brasil dominou o tráfico no golfo do Benim por quase meio século: o mestiço baiano Francisco Félix de Souza, o Chachá. Grande amigo de Guezo, o rei do Daomé — que ajudou a pôr no trono em 1818 —, tornou-se um dos homens mais ricos de seu tempo. Ao dar-se a independência do Brasil, ele teria oferecido a D. Pedro I, em nome de Guezo, o senhorio sobre o forte de S. João Batista de Ajudá.

Não passou despercebida na África a independência do Brasil. Nas possessões portuguesas de Angola e Moçambique, e com muita força em Benguela, surgiram movimentos favoráveis à união com o Império brasileiro. E pelo menos dois reis africanos, o *ologun* ou rei de Onim, Osinlokun, e seu suserano, o obá ou rei do Benim, Osemwede, enviaram, em 1824, um embaixador ao Rio de Janeiro para reconhecer a independência do Brasil.

As notícias cruzavam, rápidas, o oceano. Em Lagos e em outras cidades da costa africana, comemorou-se a coroação de D. Pedro II, acompanhou-se a guerra do Paraguai e se festejou nas ruas a abolição da escravatura.

Até a I Grande Guerra, quando cessaram as ligações marítimas regulares entre os portos brasileiros e o golfo do Benim, um rei africano podia acompanhar os passos de um adversário político exilado no Brasil, e este, fosse um escravizado ou um homem livre, podia enviar mensagens para seus partidários na África. E não eram raros os chefes africanos que mandavam seus filhos estudar no Brasil. Lembre-se o caso do príncipe de Badagry que, após ter, menino, estudado durante vários anos na Bahia, regressou à sua terra e se tornou o seu principal chefe, o *jengen*. Em 1782, foi deposto e enviado para o exílio no Brasil, trazendo consigo vinte escravos, para que os fosse vendendo pouco a pouco, conforme suas necessidades.

Pode parecer contraditório que Lagos tenha explodido de alegria, ao saber do 13 de Maio. Mas nela e em outras cidades do golfo do Benim mudara a composição das comunidades brasileiras. Aos traficantes de almas e seus descendentes se haviam agregado, em números cada vez maiores, negros libertos e livres que se sentiram sem futuro no Brasil e decidiram refazer suas vidas na África. Como se haviam tornado mestres de obra, marceneiros, alfaiates e costureiras à europeia ou sabiam ler e escrever, prosperaram ao oferecer seus serviços aos britânicos, franceses e alemães que o colonialismo trazia para a África, e a exportar para o Brasil panos da costa, dendê e noz de cola e dele importar carne seca, tabaco e aguardente. Tornaram-se, assim, protagonistas importantes da formação do que podemos chamar de nova burguesia africana.

O que se passava num lado do oceano muitas vezes repercutia no outro. Como as guerras, os conflitos políticos e as razias eram responsáveis pelo grosso dos escravizados, dos acontecimentos africanos dependiam até mesmo a expansão demográfica e a ocupação do território brasileiro. E não se esqueça de que eram esses acontecimentos que determinavam, em cada momento, de quais regiões procediam os cativos trazidos à força para o Brasil. Com eles desembarcavam diferentes idiomas, objetos, técnicas, costumes, tradições, festas, crenças e valores, pois, a não ser na cabeça de um branco desavisado, um axante não se confundia com um iaca, um macua com um libolo, nem um ijexá com um bariba. A chegada em grandes números de hauçás e iorubás muçulmanos à Bahia, na primeira metade do século XIX, por exemplo, seria consequência do *jihad* de Usuman dan Fodio, que teve seu epicentro no norte da atual Nigéria.

Boa parte da história do Brasil começa na África. Numa África dotada de história — de uma história fascinante, que, como as outras de que igualmente somos herdeiros, quanto mais antiga, mais nos fala pelas suas obras de arte. Após quatro séculos durante os quais se procurou negar que o negro tivesse um passado, já é mais do que tempo de enriquecer o acervo de beleza que oferecemos nas escolas aos nossos jovens, com as estelas de Axum, as igrejas talhadas na pedra de Lalibela, o Grande Zimbabué, os requintados vasos em bronze de Igbo Ukwu, as cabeças em terracota e em ligas de cobre de Ifé, as placas de bronze do Benim, as tensas esculturas em madeira dos lubas, as joias de ouro dos axantes, as reinvenções do rosto humano que são as máscaras songies e tantas outras grandes obras que devemos ao espírito criador dos africanos.

AFRICANOS NO BRASIL

De que África teria saudades um africano no Brasil? Certamente, de sua aldeia ou do bairro da cidade onde ficou sua infância. No Brasil, deixara de ser conhecido por sua terra natal, pelo seu clã, pelo nome que o seu povo se dava a si mesmo ou recebia dos vizinhos. Exceto para si próprio e para os conterrâneos que encontrava no exílio, não era mais um iaca ou um gun: passara a ser chamado angola ou mina, e africano, e negro. Na fazenda ou na cidade onde penava, podia haver quem falasse o seu idioma ou outro próximo, e até quem fosse de seu vilarejo e seu malungo, ou companheiro de barco na travessia do Atlântico. Por toda parte, porém, encontrava gente estranha, de outras Áfricas que não a sua, com tradições, crenças, valores, costumes, saberes e técnicas diferentes. Este, em sua terra, andava de camisolão até os pés e gorro na cabeça, aquele não tinha mais do que um pano entre as pernas, amarrado na cintura. Aqui, as mulheres entrançavam os cabelos com contas e conchas; ali, cobriam a cabeça com véu ou turbante; acolá, raspavam o crânio. Um vestiam-se apenas com miçangas, outras com bubus ou envolviam o corpo com panos coloridos, e todas exibiam muitos colares e argolas nos braços e nos tornozelos.

Cada um de nós não domina mais do que uma pequena parcela de sua cultura. Nem todos os sossos da Guiné e outros africanos que produziam ferro de alta qualidade sabiam operar um forno ou uma forja; mas alguns poucos, sim. No Brasil, aqueles que já eram ferreiros ou que apenas conheciam rudimentos do ofício construíram fornos conforme o modelo predominante em sua terra. Isso explica o fato de terem existido em Minas Gerais fornos tão diferentes: eles correspondiam a distintas tradições.

Os africanos não foram somente os pioneiros da metalurgia de ferro no Brasil. Desde muito acostumados à cata do ouro — do qual, durante

séculos, algumas regiões como o rio Falemé, o alto Níger, o país acã e o planalto de Zimbabué foram os principais fornecedores da Europa e do mundo muçulmano — trouxeram com eles as técnicas da bateia e de escavação de minas. Alguns eram bons ourives, que criavam, na África, joias de grande beleza, como as dos axantes, e passaram a fazê-las no Brasil.

Sabiam como criar o gado fora dos estábulos, soltos no campo, e o foram multiplicando e espalhando savanas afora, savanas muito semelhantes às que haviam deixado na África. Pouco valiam no Brasil as lições dos campinos do Ribatejo, e muito as dos fulas e hauçás. Como as práticas agrícolas portuguesas lhes foram impostas, só puderam plantar do modo a que estavam acostumados em suas pequenas roças e nos quilombos. Apesar disso, aqui e ali, aplicaram os seus saberes, como fizeram os balantas e outros negros da Alta Guiné no cultivo do arroz no Maranhão. E trouxeram para o país muitos vegetais, como o dendê, a malagueta, o maxixe e o quiabo, básicos em nossa cozinha, que enriqueceram com novas comidas. Qual na África, as mulheres as vendem nas ruas e, em Salvador como em Lagos, fritam o acarajé num fogareiro, à frente do freguês.

Aos africanos deve-se também que se tenha produzido, sobretudo nas grandes propriedades rurais, e ao arrepio das proibições régias, tecidos para uso dos escravos, em teares extremamente simples, horizontais ou verticais, conforme a região de origem do tecelão ou tecelã. Repetiu-se aqui o que sucedera no arquipélago de Cabo Verde, grande exportador de panos, onde os portugueses se esqueceram dos teares europeus em favor dos africanos.

A cabana em que vivia esse tecelão era construída como na África: as paredes de sopapo e o teto de folhas de palmeiras ou de capim. Ainda que competindo com o mocambo de palha de tradição ameríndia, a morada do pobre no Brasil seria, durante muito tempo, de sopapo, à africana, e não de taipa ou de pedra como em Portugal. Não prosperaram aqui as cabanas cônicas; impôs-se a de planta quadrada, com teto em duas águas, que, no Brasil, ganhou janela. Já a casa dos ricos, trazida de Portugal, recebeu da África do Oeste, e talvez também da Índia, o alpendre na frente ou nos fundos, e nele, lá como cá, passava-se boa parte da vida.

Nessas varandas, as crianças ouviam os relatos fantásticos de diferentes nações africanas, cujos personagens e enredos se mesclavam entre si e com os ameríndios e europeus, de tal modo que se tornava difícil separar o Curupira dos tupis do *moatia dos axantes*, pois ambos, do tamanho de anões, tinham os pés virados para trás e eram os senhores dos animais selvagens. Vindos da África, bichos-papões, jogos e brinquedos desembarcaram no Brasil. E lembranças de desfiles de reis, com seus enormes guarda-sóis coloridos, que reproduziram, no Brasil, nos maracatus, congadas e reisados.

Nesses desfiles reais, ouviam-se tambores, agogôs, aguês, pífanos e numerosos outros instrumentos que eram deles e são nossos. Esses instrumentos animavam as festas nos dois lados do Atlântico, com ritmos e melodias que, ao entrelaçar-se com as europeias, foram se transformando na nossa música.

Não se dançava na África apenas pela alegria do convívio. Dançava-se também para reverenciar os deuses e recebê-los na alma. Foram muitas as religiões que atravessaram o oceano, pois cada povo tinha a sua. Algumas absorveram outras crenças ou foram por elas absorvidas, gerando novos sistemas religiosos, como a umbanda. Outras não deixaram vestígios. Mas a uma das religiões trazidas da África, a dos orixás, converteram-se em grande número, principalmente no Brasil e em Cuba, pessoas de outras origens, e o que era a religião dos iorubás tornou-se uma religião universal.

Por iorubás passaram a ser designados, desde a metade do século XIX, diferentes grupos que, na atual Nigéria, República do Benim e Togo, falam a mesma língua, embora com variações dialetais, possuem culturas mais do que semelhantes e se aglutinavam em torno de cidades-estado, compartilhando muitas tradições, ainda que em alguns casos pudessem ser diferentes e até mesmo conflitantes. Tidos como iorubás (e, no Brasil, também nagôs), sabiam-se oiós, ifés, egbas, auoris, quetos, ijexás, ijebus, equitis, ondos, igbominas ou de outras nações. Assim também os falantes de quimbundo, os ambundos de Angola, compreendiam vários grupos com dialetos e culturas diferenciadas, entre os quais andongos, dembos, hungos, quissamas, songos, libolos e bângalas.

Os vários grupos iorubás e, ainda mais, os ambundos tiveram grande importância na formação do Brasil. Mas foram apenas parte de um

grande coro, composto por gente de quase toda a África subsaariana. De certas regiões, vieram números enormes; de outras, pouquíssimos. Houve quem fosse obrigado a longuíssimas viagens, do centro do continente até os portos litorâneos, e se conhecem casos de cativos feitos a oeste do rio Cuanza, embarcados em Moçambique.

Enriquece o quadro saber-se que havia ligações preferenciais — não raramente ditadas pelos regimes de ventos e correntes marinhas — entre portos brasileiros e africanos. O Rio de Janeiro, por exemplo, vinculava-se sobretudo aos portos de Angola, Congo e Moçambique e recebia, por isso, não só pessoas dos diferentes grupos abundos, mas também, entre muitos outros, congos, sossos, iacas, vilis, huambos, lubas, galangues, bailundos, luenas, macuas e tongas. Salvador comerciava intensamente com o golfo do Benim e, em seus portos embarcavam fons, iorubás, mahis, ibos, ijós e efiques, além de indivíduos das savanas mais ao norte, hauçás, nupes, baribas e bornus. De São Luís do Maranhão ia-se com facilidade à Alta Guiné, e de Cacheu e Bissau lhe chegaram mandingas, jalofos, banhuns, pepeis, felupes, balantas e bijagós.

Para o Brasil foram trazidos africanos de mais de uma centena de povos diferentes. Muitos deles já se conheciam na África, por serem vizinhos ou terem entre si comércio. Um gã entendia-se com os evés, os acuamus e os auoris, que viviam na mesma região e tinham costumes parecidos, e talvez até mesmo com os hauçás que se aproximavam do litoral para comerciar, pois era comum que um africano falasse mais de um idioma: o seu e outro ou outros que aprendera no convívio do mercado ou com as esposas de seu pai, algumas delas estrangeiras. E as diferenças eram compensadas pelas semelhanças, em processos contínuos de mestiçagem física e cultural. Algumas vezes, dois ou mais povos se entrelaçavam e criavam um novo. Como fizeram os africanos que foram coformadores do Brasil.

CARTAS DE UM EMBAIXADOR DOS REIS DO BENIM E DE ONIM

No Arquivo Histórico do Itamaraty, há duas cartas enviadas de Salvador, na Bahia, a D. Pedro, Príncipe Regente, por quem se intitulava embaixador ou enviado do reino de Onim, na África Ocidental. Eis a primeira carta:

Real Senhor,

Humilhado aos pés da Illibada Pessoa de V. Altheza Real cheio do maior respeito, e acatamento passo a representar a V. Altheza o seguinte.

Que os habitantes desta Provincia se áchão assas ambiciozos por verem nesta Cidade a Augusta Pessoa de V. A. por se ter propagado esta noticia, em toda esta Provincia, e que V. A. vinha Pessoal, e fazer socegar os povos da mesma, que se vem oprimidos com as Tropas Europeas, que se áchão aqui destacadas.

O Governo Provisorio, que adora e reverencia a Excelsa Pessoa de V. A., acha se mãos ligadas, porque o Intruzo Gov^{or} de armas Ignacio Luiz Madeira, está de posse de todas as armas, e os seos Satellites, apoiados p^r elle, fazem as maiores hostilidades, q se pode considerar, e o aconselhão até para faltar o devido e profundo Respeito, que devem todos ao Augusto Nome de V. Altheza, e não menos cuoperão, para que os acompanhem alguns Negociantes, ou para melhor dizer Caip^{ros}, Tendeiros, e estúpidos Europeus, rezidentes nesta Cid^e e a vista de semelhantes disacatos.

Só V. Altheza R^l poderá vedar o dispotico procedimento destas Tropas, e só V. A. pode finalm^e tranquilizar esta Provincia, e fazer que torne a reinar a Santas pás, para sucego dos habitantes della, q^e se achão na mais triste e

lamentável situação, sofrendo roubos, vilipêndios, e as maiores hostilidades, como V. A. terá de tudo melhor noticia.

As Tropas da Segunda Linha do Recôncavo desta Cidade, os habitantes do campo, como sejam, Proprietários de Engenhos, Lavradores, e os demais Povos, se achão promptos, e de mãos dadas para a força fazerem evacuar as ditas Tropas, porem faltalhes o socorro q^e esperão de V. A. R^l, pelo quão suspirão lansando todos os dias as vistas, para a barra deste porto, á ver se chega força Naval q^e lhes He indispensável.

He tal Senhor o absoluto procedimento deste Gov^{or}, q^e sendo geral o Contentamento dos Brasileiros desta Provincia com a noticia de fliz aclamação de V. A. nessa Corte, tendo a Camara decretado aclamar também nesta Cidade, no dia doze do presente Junho, obstou o referido Gov^{or}, esta pretendida acção, mandando Piquetes de Cavalaria cercar a Praça do Governo, para que se houvessem de aclamar a Augusta Pessoa de V. A. p^r Príncipe Regente do Brazil, fazer prender a Camara ou assacinala, e da mesma sorte a Junta Provisoria q^e tomando em concideração, o que poderia rezultar deste attentado, não se encorporou, áquelle Corpo de Camara, e de então não tem havido já mais sessão alguma, para o expediente do Publico.

Taes são Snr. as terríveis circüstancias em que se vê este Paiz, q^e V. A. R^l como Protetor e Defensor, parece deve dar prompto remédio a esta Provincia, q^e os seus habitantes adorão, e reverencião o Augusto Nome de V. A.

Deos g^e a Real Pessoa de V. A. R^l e R^l Familia como nos He mister.

Da Egregia Pessoa de V. A. Real

Lia Vassalo obedientissimo.

O Embaixador de Omnim.

Manoel Alv. Lima.

A segunda carta assim diz:

Senhor,

O Grande Deoz derrame sobre Vossa Alteza Real, e sobre Augusta Familia de Bragança, e de Austria aquellas enchentes de Graças, e conservação da Vida de toda Augusta Familia Real para socorro de todos os fieis Vassalos Braziliense que todos submissos, e [r?]everentes implorão ao mesmo Deoz Supremo, que a sua benéfica Mão se extenda sobre Vossa Alteza

Real a fim de viver por dilatados annos no Governo de hum Paÿ Piedozo de tão innocentes Vassallos.

Quando o Vassallo submisso se atreve a escrever a Vossa Alteza Real lhe encendiado do ardente fogo que abraza nos Coraçõens Brasileiros a fim de fallar a verdade pelo amor e honra que Vossa Alteza Real tem dado aos seus mancos Vassallos, ouvindo as suas lamentaveis queixas as quaes são as Seguintes.

Com que dolorozo pranto vê a infeliz Bahia as scenas mais terríveis que as mesmas fúrias Infernaes ouvindo no dia 24 do presente Mez de Agosto, hum infeliz perdido Despachante de Embarçaõens, denominado Lapa que em vozes alterozas passou a defamar a Regia Familia de Bragança esgotando toda sua ira contra Vossa Alteza Real; porque asa indignas palavras proferidas por este desgraçado fáz com que me não atreva a dizello mas sim que alguns dos Habitantes por se verem tolhidos de forças o não despedaçarão, bem como na noite do referido dia em Assembléa do Theatro passarão os rediculos Caixeiros, e vil Canalha Européa a xamar em altas vozes. Oh! Pedro tira esta cadeia, Oh! Bolcão fáz o proprio, Oh! Santinho faz o mesmo, Oh! Montezuma, mulato faz o mesmo, tudo na occasião em que os Lacaios servião; cujos homens nomeados são aquelles Magnanimos, e Heróes Vassallos que tem jurado manter a causa, e derramarem a última gota de sangue em defêza de Vossa Alteza Real; e da Provincia o que tudo fizerão por ludibrio; sendo este acestido pelo Bucal, e nomeado Governador d'Armas o Madeira; o qual estava cheio de todo prazer. Que lastima! Que horror! para os Coraçõens dos innocentes Vassallos que nos seus Magnanimos Coraçõens tornão de novo prestar o jurame[nto] defeza a favor de Vossa Alteza, e todos desejarão morrer do que verem a Real Pessôa de Vossa Alteza tratada com desprezo como fizerão os mãos Francezes com a Sagrada Familia de Luiz X6º e que elles Européos, dizem que esperão em Vossa Alteza o mesmo, e o Povô Bajano pede com istancia o prompto socorro para o Reconcavo que se acha todo emArmas para defenderem a Provincia, e castigarem os insultos cometidos contra Vossa Alteza Real.

O Real Decreto datado do 1 do corrente foi tratado pelos Europeos com indiferença, e indignação, prohibindo-se que se empremesse; devidio-se em manuscripto por todos os Habitantes os quaes com respeito o abraçarão prometendo executar as Regias Ordenz de Vossa Alteza Real.

No dia 22 do corrente mez passarão sem respeito algum das Authoridades, alguns Voluntarios, e [sold]ados da Legião Lusitana a

rasgarem os Constitucionaes, e atacarem ao Redactor do mesmo em sua própria casa para o manterem por falar a verdade como aconteceu no Constitucional do dia 4.^a fr^a 21 de Agosto ficando prohibida a Prensa livre para este Redactor só ficando a Idade de Ouro que seria melhor chamar-se de Bronze.

No dia 25, e 26 do Corrente se tem feito grande fogo de Ilha de Itaparica, e Costa do Mar-grande a fim de se fazer a Aclamação de Vossa Alteza sendo esta prohibida pelas barcas Canoneiras que ahi se achavão, ficando a mesma Ilha em poder dos Valorozos Vassallos Caxoeiranos que se tem feitos fortes nellas, continuando o mesmo Madeira a mandar atacalla.

O Povô desta Provincia supplicação do Céu, e o de Vossa Alteza, e pedem a rigorosa vingança sobre os ultrajes cometidos a Real Familia de Bragança ficando desta forma, o Povô Bajano contente, e Vossa Real Alteza, vingada desta vil Canalha.

Com toda submissão se prost[r]a as Rea[i]s Plantas de Vossa Alteza, e de toda Augusta Familia por meio desta, supplicando o perdão, de algumas faltas de decência minha nesta que fasso presente a Vossa Alteza como humilde e fiel Vass[al]o que sou:

Enviado de El Rey de Unnim.

Manoel Alv. Lima

Pierre Verger ^[01] já havia topado, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com várias cartas, não mais ao Príncipe Regente, mas, sim, ao Imperador, a relatar o que se passava na Bahia, assinadas por um certo tenente-coronel Manoel Alves Lima, que se dizia embaixador ou enviado do rei de Onim. Numa delas, além de revelar ter conversado privadamente, em Lisboa, com D. João VI e insinuar que deste tinha um recado para D. Pedro, o tenente-coronel queixava-se de não obter permissão em Salvador para viajar ao Rio de Janeiro. Verger encontrou outras pistas dessa personagem, que qualifica de misteriosa. Nos registros de passaportes guardados no Arquivo do Estado da Bahia, figuram duas viagens, na companhia de cinco criados, do coronel e embaixador Manoel Alvarez Lima, ambas à Costa da África, uma em setembro de 1829 e outra em novembro de 1830. Além disso, no *Public Record Office*, do *Foreign Office*, em Londres, está anotada uma viagem do mesmo indivíduo, de Onim (Eko ou Lagos), na atual Nigéria, para a Bahia, em novembro de 1827.

Em 1971, durante a preparação da visita à África Atlântica do então ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barboza, eu recolhia dados sobre as relações políticas entre o Brasil e o continente africano, quando encontrei, nas páginas 161 e 162 do tomo LIV, relativo a 1891, da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, sob o título “Reconhecimento da independência do império do Brasil pelos reis d’África”, o seguinte documento, copiado do Arquivo Público brasileiro:

Manoel Alves de Lima, cavaleiro da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo e de Santiago da Espada, coronel da corporação da illha de Sam-Nicoláo, tudo por Sua Majestade el-rei o Senhor Dom João Sexto, que Deos guarde, embaixador de Sua Majestade Imperial de Beni dos Reis de Africa, etc. Certifico e faço certo, que achando-me encarregado da Embaixada do mencionado imperador de Beni para cumprimentar e officiar a Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro Primeiro, Constitucional e Defensor Perpetuo no Brazil, pela parte do imperador de Beni e rei Ajan e os mais reis da África, aos quaes reconheceu a independência d’este império do Brazil n’esta Corte do Rio de Janeiro, nomeando eu para secretario da dita embaixada o Senhor Tenente Jozé Vicente de Santa Anna, por o considerar capaz para desempenhar este emprego e por recorrerem em o dito Senhor requisitos necessarios, com efeito em todo o tempo que elle exerceu este emprego desempenhou os seus deveres com todo o zelo, actividade, verdade e fidelidade, em tudo quanto era tendente a referida embaixada; pelo que o afirmo e juro debaixo da fé de meu cargo, e por esta me ser pedida, para constar aonde lhe convenha a mandei fazer que somente assignei n’esta corte do império do Brazil, 4 de Dezembro de 1824. Manoel Alves de Lima, Embaixador de Sua Magestade Imperial de Beni dos Reis de Africa.

“Reconhecimento. Reconheço a firma supra, posta ao pé da atestação retro, ser do mesmo conteúdo n’ella, e feita perante mim. Rio de Janeiro, 4 de Dezembro de 1824. Em testemunho de verdade. Estava o signal publico. Antonio Teixeira de Carvalho”. E nada mais continha o documento do qual fiz passar a prezente publica-forma, que conferi, subscrevi e assignei em publico e razo, n’esta corte e muito leal e heroica cidade Rio de Janeiro, capital do império do Brazil, aos 4 dias do mez de Dezembro de 1824. E eu Jozé Pina Gouveia, tabelião, que o subscrevi e assignei em publico e razo. Em testemunho da verdade, estava o signal publico. Jozé Pina Gouveia.

Dei pronta ciência desse texto a Pierre Verger, que incluiu parte dele nas edições em inglês e em português de sua monumental obra sobre o diálogo entre a Bahia e o golfo do Benim. [02]

As cartas conservadas no Arquivo Histórico do Itamaraty não estão datadas, mas nelas há elementos que nos permitem concluir que a segunda foi escrita em fins de agosto de 1822. Além de referir-se ao decreto de 1.º de agosto daquele ano, no qual D. Pedro declara inimiga qualquer força armada que viesse de Portugal e para lá não regressasse imediatamente, a carta menciona o empastelamento do jornal *Constitucional*, a agressão ao seu redator, Gê Acaiaba de Montezuma, e o combate travado, dias depois, entre o forte de Itaparica e navios portugueses. A primeira carta deve ter sido escrita na segunda quinzena de junho do mesmo ano de 1822, uma vez que nela, como na outra, o tratamento dado a D. Pedro é de Alteza Real. Já nas cartas, todas datadas de 1823, encontradas por Pierre Verger, Manoel Alves de Lima se endereça a Sua Majestade o Imperador.

Na de 1.º de abril de 1823, o tenente-coronel mostra certa impaciência por não o deixarem seguir para o Rio de Janeiro, cumprir sua missão de enviado do rei de Onim e dar o recado de D. João VI. Pode-se supor, então, que, logo após terem as tropas do general Madeira deixado Salvador, ele se tenha dirigido à Corte, para transmitir a mensagem de reconhecimento da independência do Brasil por parte do obá ou imperador do Benim e de seus reis vassalos, entre os quais destaca Ajan, que seria o *ologun*, obá ou rei da cidade-estado de Eko, Onim ou Lagos, de quem se apresentava, nas suas cartas, como enviado ou embaixador. Ajan é o nome com que figura nos documentos portugueses o príncipe de Onim que enviou, em 1807, uma embaixada a D. João, muito mal recebida na Bahia pelo conde da Ponte. [03]

Em 1823, o obá do Benim chamava-se Osemwede. [04] O rei de Lagos era Osinlokun, (Oshinlokun, Esinlokun ou Eshinlokun), que dera um golpe de estado contra seu irmão Adele e assumira o poder em 1820 ou 1821. [05] Tendo se refugiado com seus partidários em Badagry, Adele tornou-se o principal chefe da cidade sem contudo desistir de reconquistar o *ologunato* ou abdicar de sua condição de rei. Foi Adele quem enviou ao governo português a embaixada de 1807, [06] e talvez o

título de Ajan só a ele se applicasse, e não, aos demais *ologuns*. Não seria de excluir-se, por isso, que Manoel Alves de Lima tivesse, ainda em Lagos ou já em Badagry, dele recebido a missão a que se refere nas cartas citadas. Mas as datas, se estão certas, e o fato de Manoel Alves de Lima sempre se referir à sua condição de embaixador de Onim, apontam para Osinlokun, que era, ademais, aliado dos mercadores baianos, enquanto que Adele não os favorecia. [07]

Note-se que o tenente-coronel se apresenta, no documento transcrito na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, como embaixador do obá do Benim. Como não se passava semana sem que chegasse a Salvador mais de um barco vindo de Lagos, e o próprio Alves de Lima viajasse constantemente, ao que tudo indica, entre as duas cidades, teria havido tempo para que o *ologun* mudasse o sentido de sua embaixada e recebesse para ela a aprovação e a adesão de seu suserano, o obá do Benim. Se é que a este não coube a iniciativa, ao receber notícias do que passava no Brasil.

De que o tenente-coronel fora enviado pelo rei de Lagos, ainda que também em nome do obá do Benim, há indício num documento de que se fez registro público em 31 de julho de 1824, [08] pois deve ter sido ele quem o entregou ao governo brasileiro:

Encommendas que eu Rei Ajan fiz a Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro Primeiro.

Uma caixa de tampa curvada, guarnição rica o mais possível que traga dentro seis peças de damasco encarnado com ramos d'ouro, e o que faltar para enxer esta caixa, venha xeio de coraes, o mais grande possível. Tamanho da caixa deve ser comprimento três palmos, largura dois palmos e altura dois palmos.

Uma carruagem grande em bom uso, dois parques de artilharia, calibre três com todos seus pertences, quatro chapéos de copa redonda, aba larga, o mais rico possível, dois d'estes chapéos pretos e dois brancos.

Uma bomba de fogo o maior que puder ser.

O Rei Ajan.

Verger tem Manoel Alves de Lima por comerciante na África — comerciante de escravos, com quase certeza — e parceiro e amigo do *ologun*. Quanto a ele ser cavaleiro das ordens de Cristo e de Santiago da

Espada, há razão para dúvida, pois, embora tenha sido recebido como tal no Rio de Janeiro, o seu nome não consta da lista dos agraciados pela Coroa portuguesa. E deve ter nascido ou se educado no Brasil, dada a maneira hostil como se referia aos europeus do general Madeira.

Na página 473 da quarta parte das *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*, de José Vieira Fazenda, [09] dá-se notícia da embaixada do obá do Benim, que teria servido de magro consolo — isto sugere ironicamente Vieira Fazenda — diante das reticências das cortes europeias em reconhecer a independência do Brasil. Creio que a principal razão para o bom recebimento foi outra: Lagos se havia tornado o maior porto de escravos para a Bahia, e o escravo era o primeiro item das importações brasileiras. A embaixada deve ter tranquilizado os mercadores de gente, inquietos ante a possibilidade de que, com a separação do Brasil de Portugal, para eles se fechassem os embarcadouros de que se serviam em Cabinda, Luanda, Moçambique e Benguela.

Manoel Alves de Lima viajou da Bahia para o Rio de Janeiro na fragata imperial *Mariana*. Sua chegada, em 1.º de julho de 1824, foi noticiada pela imprensa. [10] No dia 20, recebeu-o, no Paço da Quinta da Boa Vista, D. Pedro I, a quem Alves de Lima transmitiu a mensagem de amizade dos reis africanos, que o reconheciam como imperador do Brasil independente. [11] Sabemos dessas datas, graças a Rodrigo Wiese Randig, [12] que localizou, no Arquivo Histórico do Itamaraty, mensagens trocadas entre a Chancelaria brasileira e o secretário do embaixador do Benim. Num ofício datado de 29 de janeiro de 1825, do cônsul-geral britânico no Rio de Janeiro, Henry Chamberlain, a George Canning, [13] lê-se que, durante essa audiência, Alves de Lima entregou a D. Pedro I uma bengala (“a walking stick”), que, na realidade, era um bastão de recado — o bastão esculpido que tornava quem o portava a palavra do rei.

Tudo indica que trataram Alves de Lima com o bom cuidado que merecia um parceiro comercial importante. Assim, seis dias depois de ele ser recebido por D. Pedro I, o ministro do Exterior, Luiz José de Carvalho e Mello, comunicou-lhe, por escrito, que o Tesouro Público fora instruído a pagar-lhe, diariamente, 1600 reis, para custear as despesas com sua permanência na Corte. [14]

Manoel Alves de Lima cumpriu o seu encargo. Mas sua missão não demorou em ser esquecida. Dela sequer se fez registro na relação dos países que reconheceram a independência do Brasil e onde o Benim e Onim figurariam no alto da lista (quase dois meses após os Estados Unidos e mais de um ano antes de Portugal). Para a maioria dos contemporâneos que dela souberam, Alves de Lima representava chefes de povos negros, sem presença e sem voz no que se chamava concerto, ou desconcerto, das nações, e a adesão desses bárbaros à nossa causa era tida como irrelevante.

Duzentos anos depois, a missão de Manoel Alves de Lima reaparece em Vieira Fazenda e ganha um breve comentário de Mário de Andrade.^[15] Depois de ironizar o que chama de “embaixadas inúteis de régulos africanos”, ele dá como exemplo a que foi enviada ao Brasil pelo obá do Benim, em 1824, para reconhecer a nossa independência. E termina a frase com um ponto de exclamação, quase a lhe desculpar o atrevimento.

JOSÉ BONIFÁCIO E O CURSO DO NÍGER

Numa carta escrita em Talance, na França, em 30 de novembro de 1826, José Bonifácio de Andrada e Silva dava, de Talance, a Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, que estava em Paris, instruções sobre a publicação de uma “Notícia do interior da África e curso do Níger”: que a entregasse ao *Journal Géographique* ou aos anais de viagens de Malte-Brun e Eyriès. [16] Quatro meses depois, em 16 de março de 1827, voltaria ao assunto, dando ao amigo poder para reduzir o artigo, como queriam, ao que parece, as revistas: “Quanto à minha carta sobre o Níger, veja o que querem cortar, e à vista decida como lhe pedir a vontade e o brio”. [17] O texto de José Bonifácio nunca foi publicado ou está esquecido nas páginas de alguma revista francesa. Tampouco se sabe onde repousa o original manuscrito. Conhecemos, contudo, provavelmente, parte do seu conteúdo, porque Menezes de Drummond — era assim que assinava — publicou, na edição referente a dezembro de 1826 do *Journal des voyages, découvertes et navigations modernes*, um longo trabalho em francês intitulado “Cartas sobre a África antiga e moderna”, no qual se refere a Andrada e aos escritos deste sobre a geografia africana.

É curioso que José Bonifácio, em sua carta de 16 de março de 1827, não se tenha referido ao artigo de Drummond estampado na revista francesa, com algo ou muito do que diria em sua “Notícia do interior da África e curso do Níger”. Isso me convida a supor que esse número do *Journal des voyages*, embora relativo a dezembro de 1826, só tenha sido impresso alguns meses depois, o que se reforça com as referências que Menezes de Drummond faz a trechos publicados por revistas do livro dos exploradores Dixon Denham e Hugh Clapperton, aparecido naquele mesmo ano. [18]

No seu artigo, Drummond afirma dever a José Bonifácio noções preciosas sobre o curso do rio Níger, obtidas, em 1819, durante conversas com cinco escravos hauçás e um sexto, que talvez fosse nupe ou talvez um hauçá nascido em terra nupe. O Andrada tomara a iniciativa desses diálogos porque, tendo refletido muito sobre o assunto, estava convencido de que o Níger (nome que os europeus deram ao curso superior do rio, a única parte que precariamente conheciam) não ia desaguar num grande lago em Uângara, onde os calores o fariam evaporar, nem formava um braço do Nilo, nem era o alto Zaire ou Congo — as hipóteses então mais sustentadas na Europa. Sua convicção se fortalecera com o que lhe dissera o escravo Francisco, que qualifica de homem inteligente, sábio e probo. Francisco, um ulemá, um letrado muçulmano que havia sido professor em seu país, lia e escrevia fluentemente em árabe, bem como em hauçá. E da língua hauçá ele ditaria a José Bonifácio um pequeno vocabulário, com 75 palavras, com o qual Drummond encerrou o artigo. Comparando-se cuidadosa e pacientemente esse vocabulário com um dicionário moderno de hauçá, não se notam mais do que ligeiros desvios e alguns poucos enganos. Um exemplo: *pharsi*, na transcrição de José Bonifácio, ou *farçè*, não se traduziria por “um dedo da mão”, mas por “unha”.

A maior parte do resumo de Drummond é formada pelas respostas que os escravos deram às perguntas de José Bonifácio. Nele mostra-se a curiosidade do brasileiro, o seu respeito pelos interlocutores e o cuidado com que anotou o que lhe disseram. Os escravos Mateus, José, Bernardo, Bento, Bonifácio e Francisco contaram ao Andrada como eram as suas terras, de que montanhas e rios ficavam próximas, e o que sabiam sobre o Níger, para eles, o Gulby, que, mais adiante, passava a se chamar Kwara.

Mateus disse ter nascido em Berni-Daurah, ou seja, no *birni* (ou cidade fortificada) de Daura, uma urbe de casas de barro com tetos planos, que ficava na mesma região que Berni-Kanoh, Berni-Caschênah, Berni-Tzotzot, Berni-Zamfara, Berni-Goebert, Berni-Cabih, Berni-Enhau e Berni-Gurumete. Ninguém terá dúvida de que Berni-Kanoh é Kano, Berni-Caschênah, Katsina, Berni-Zamfara, Zamfara, e penso que Berni-Goebert possa ser Gobir (ou Gober) e Berni-Tzotzot ou Tzotzogh, Zazau (que aparece nos textos antigos também como Zakzak e Zukzuk). No entanto não localizo as demais cidades hauçás, nem, com exceção de Berni-Bakani, que poderia ser Bokani, aquelas terras Berni-Zaret, Berni-

Bergut e Berni-Gutah — pelas quais Mateus, antes de receber este nome, passaria como prisioneiro de guerra.

Na maioria dos casos, não conseguimos identificar os topônimos e etnônimos registrados por José Bonifácio, ou porque ele os ouviu mal, ou porque, tendo-os ouvido bem, teve dificuldades para pôr por escrito palavras com sons inexistentes em português ou nos outros idiomas que conhecia — ou ainda porque se referiam a sítios que mudaram de nome ou não ganharam lugar nos mapas. A Tabaran onde nasceu José é a cidade nupe de Tabarau, mas não sei que local seria aquele Fugah, onde Bernardo foi feito cativo e de onde o levaram a embarcar em Agaey, que para mim é Aguê (ou Agoué), na atual República do Benim.

Nofeh seria nufé, palavra que os hauçás usam para designar o povo nupe, também conhecido como tapa. O reino por eles formado, ao sul da Hauçalândia e ao norte do Iorubo, nas duas margens do Níger, tem o mesmo nome, Nupe. É possível que o topônimo Nofeh ou Nupe, aplicado a uma cidade, indicasse, nos relatos de José, Bernardo e Bento, a capital do reino ou qualquer povoação a ele pertencente.

Já nas respostas de Bonifácio e Francisco ao questionário, aparecem um reino e um rei de Haussah. Os hauçás dividiam-se em vários reinos, sendo os mais importantes Daura, Kano, Rano, Zazau (ou Zária), Katsina, Gobir, Garun Gabas e Zamfara. Em 1801, teve início o jihad de Usuman dan Fodio, do qual resultou, sob a liderança fula, a unificação da Hauçalândia, com a formação do califado de Sokoto, dentro do qual os antigos reinos se transformaram em emiratos. Talvez fosse ao califado que os informantes de José Bonifácio de Andrade e Silva se referissem como o reino de Haussah.

Berni-Zaret seria Zária? E Zegzeghis, a gente de Zazau? Zaila era seguramente Zária; Gober, Gobir; Ghüiah, Gaya; Aiashi ou Aiaschi, Yashe; Bornuh, Bornu; Bargu, Borgu; Yhaury, Yauri; Bautschi, Bauchi. Caba talvez fosse Kabba, e Kabih, Kebbi. Yerabâh era Iorubá ou Iorubo, podendo se restringir ao reino Oió, uma vez que, naquela época, iorubá era o nome que os hauçás davam aos oiós, e só aos oiós. Katango seria Catunga ou Katunga, como também era conhecida a capital daquele reino, e Ico corresponderia certamente a Eko ou Lagos.

Nos últimos parágrafos do texto de Drummond, o Ware que os mapas situavam a sul do Benim é geralmente grafado Warri ou Oere;

Sakatou é Socoto ou Sokoto; Bornough é Bornu; o lago Tsaad é o Chade; e o rio Yaou é o Yo.

De suas conversas com os seis escravos, José Bonifácio concluiu que Níger, Joliba, Gulbi e Kwara eram um só e único rio, que nascia nas montanhas do Futa Jalom e ia dar ao Atlântico naquele enorme delta conhecido dos portugueses desde o fim do Quatrocentos. Soube a verdade sem ir à África, aprendendo com aqueles que mais conheciam o grande rio: os hauçás, mestres do comércio a distância, que tinham no Níger o grande eixo de onde desciam até as florestas as múltiplas rotas de suas caravanas. A maioria deles jamais percorreu toda a extensão do rio. Mas era como se o tivesse feito, pois de seu curso sobravam as notícias, nas longas conversas nos mercados, quando hauçás contavam a outros hauçás as suas peripécias de viagens.

A atitude de José Bonifácio difere do modo de proceder daqueles exploradores que, no fim do século XVIII e início do XIX, se aventuraram a percorrer o Níger, com o objetivo de lhe descobrir o curso e a foz. Mungo Park, por exemplo, jamais indagou aos seus companheiros africanos onde desaguava o rio. Se o fez, não anotou a resposta, talvez por dela desconfiar, vinda de alguém que considerava bárbaro. Drummond destaca uma exceção: o explorador Giovanni Battista Belzoni, que acreditou nas informações que lhe foram dadas por africanos de que o Níger que passava por Tombuctu era o mesmo rio que desaguava num grande delta no golfo do Benim. Belzoni pensava em fazer o percurso contra corrente, delta acima. Morreu em 1823, em Gwato, Hugató ou Ughoton, no reino do Benim. Seria somente em 1830 que os irmãos Richard e John Lander, ao descer o rio desde Bussa até o início do delta, confirmariam o que José Bonifácio, por volta de 1819, tinha por certo.

Ao descrever, em seus depoimentos, o roteiro seguido do local onde foram feitos cativos até o porto de embarque para o Brasil, os seis africanos confirmam os relatos de outros escravizados: podiam passar-se muitos meses de caminhada, do interior até a costa. Ainda que nenhum deles o tenha dito, é provável que tivessem mudado de dono entre a captura e o navio negreiro. E, embora só um deles tenha deixado isto claro, podemos presumir que os outros cinco também eram muçulmanos e que foram vítimas, direta ou indiretamente, da guerra santa de Usuman dan Fodio.

Concluída a transcrição das respostas dos escravos ao questionário, ficamos sem saber o que, nos parágrafos finais do trabalho, cabe ao Andrada e o que devemos a Drummond, pois este revela, ao longo de todo o texto, mas sobretudo na sua primeira metade, o quanto o seu espírito estava atento às cousas africanas. Refere-se ele, por exemplo, com precisão e justeza, a vários importantes manuscritos portugueses que só seriam impressos várias décadas e até mais de um século mais tarde, como não só a famosa *Crônica dos feitos da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara, mas também a hoje indispensável *História geral das guerras angolanas*, de Antônio de Oliveira Cadornega. A sua antena percebeu a importância das descrições da Costa da Guiné de Francisco de Lemos Coelho, que dá por perdidas e só foram editadas em 1990.

Eis, traduzido para o português por Ruth Sylvia de Miranda Salles, o texto publicado em dezembro de 1826, por Menezes de Drummond, no tomo 32, caderno 98, do *Journal des Voyages, découvertes et navigations modernes* ou *Archives géographiques du XIX^e siècle, rédigé para une société de géographes, de voyageurs et de littérateurs français et étrangers*. A transcrição do exemplar da revista existente na Biblioteca Nacional de Paris foi feita por duas vezes, a meu pedido e sempre à mão, primeiro, em 2007, por Letícia Squeff, e depois, em 2009, por Leila Maria Serafim Pacheco. As palavras que acrescentei ao texto vão entre colchetes. As notas são minhas, exceto quando expressamente indicado.

Cartas sobre a África antiga e moderna

Senhor, o estudo da geografia, da história natural e da etnografia da África tem sido para mim, há muito tempo, objeto sério de pesquisas e reflexões, não só em minha qualidade de homem de letras, mas sobretudo como descendente de portugueses, interessado em reivindicar para a nação de onde provenho a glória imortal de ser a primeira que, seguindo as pegadas de cartagineses e romanos, descobriu e visitou a costa e o interior dessa singular parte do mundo. A África, por sua configuração, clima, natureza e tipo de solo, assim como por suas tribos indígenas, parece ser o modelo da estabilidade e da perpetuidade da natureza, no físico e no moral. Seu

interior é habitado pela raça dos negros, que considero uma das mais antigas e mais puras do universo.

Desde os primórdios da civilização grega, a África sempre desempenhou um papel peculiar na antiga história imaginária do mundo. Basta lembrar a antiga civilização do Egito, cujas origens estão, a meu ver, incontestavelmente nos povos e na nação de Méroe; basta lembrar o que Homero, Hesíodo, Platão e outros contam sobre Atlas, os seus litorais e ilhas adjacentes; basta, enfim, lembrar o poder, o comércio, a colonização e a riqueza dos cartagineses, que, para se expandir, se valeram das descobertas e das colônias dos fenícios, seus antepassados.

Na mitologia grega, a cordilheira de Atlas, que, em séculos remotos, talvez tenha sido uma ilha marítima, estava ligada ao país das Hespéridas, e este ao país das Gorgonas, terras que figuram nos antigos mitos de Hércules e Perseu. Querer que esses mitos não tenham nenhum fundamento histórico e sejam apenas alegorias astronômicas do sol e de seus movimentos, como julgaram Gibelin e Dupuy, é ignorar a natureza das antigas tradições e confundir todas as noções da Antiguidade que chegaram até nós. O que Platão expôs em seu Timeu e, mais tarde, em Crítias, não pode, a meu ver, ser de modo algum uma mera invenção poética, que ele ousou atribuir como história verdadeira ao sábio Sólon, o grande legislador de Atenas, pois ainda devia haver na Grécia gente que conversara pelo menos com alguns contemporâneos ou amigos do próprio Sólon, os quais podiam desmentir uma falsidade tão impudente. No Timeu, Platão afirma que Sólon recebera esses relatos históricos de sacerdotes egípcios de Saís; e no Crítias, que, como todo mundo sabe, não passa de um acréscimo ao Timeu, ele faz dessa afirmação uma bela narrativa filosófica e política, que talvez seja apenas um pedaço de algum poema de Sólon. A meu ver, porém, toda essa ficção não destrói as bases históricas da narrativa; porque devemos considerar que, nessa composição, Platão abandona inteiramente sua utopia política, na qual ele tanto se comprazia em seus livros sobre as leis e a república. Crântor, que foi o primeiro comentador de Platão, adotando um ponto de vista oposto ao de muitos dos que vieram depois e que tomaram a narrativa sobre a Atlântida como uma simples alegoria, julga poder considerá-la como histórica; e parece que essa opinião foi também a de Eudóxio, já que este reduz a meses os nove mil anos do cálculo de Sólon. Segundo Proclo, um certo Marcelo relata as mesmas coisas que Platão e afirma tê-las tirado de histórias etíopes. O que Deodoro da Sicília, em seu terceiro livro, conta sobre o rei Atlas e sobre o país

dos atlantes merece ser lido. Se Homero se contentou em mencionar de passagem as terras afortunadas da margem ocidental do Oceano (seus Campos Elísios), talvez tenha sido por não querer se apropriar daquela tradição, a não ser para tirar dela o que necessitava para embelezar um de seus poemas, cuja única finalidade era descrever as aventuras do retorno de Ulisses de Troia até Ítaca. Numa outra passagem da Odisseia, contudo, ele fala dos etíopes que viviam às margens do Oceano, uns observando o nascer do sol, outros o seu poente; refere-se às ilhas afortunadas que, como algumas pessoas pensam, não eram senão aquelas habitadas pelos povos das costas ocidentais do Oceano, e que devem esse nome à suavidade do clima e à fertilidade do solo. Mas Hesíodo, em sua teogonia, como pretendia tratar expresso e mais especialmente das religiões da Grécia e da genealogia dos deuses, isto é, da sucessão dos tempos durante os quais foram introduzidos novos cultos ou se viram modificados cultos antigos, estendeu-se mais e com maiores pormenores na descrição da antiga mitologia das terras ocidentais daquela parte da África, provavelmente apontando para a antiga Bética ou Turdetânia. E, como os gregos do seu tempo tinham adotado grande parte das tradições religiosas dos egípcios, que por sua vez as tiraram dos etíopes, os quais deviam ter comunicações com os atlantes, é de crer-se que tenha sido também por esse caminho que seus mitos chegaram ao conhecimento de Hesíodo, Ésquilo e Píndaro.

É igualmente provável que as colônias da Magna Grécia, onde se estabeleceram os fenícios, que já navegavam pelo Atlântico, tenham recebido desses povos muitas tradições históricas, que esses cercaram de lendas poéticas e levaram ao continente e às ilhas da Hélade, as quais já mantinham relações comerciais com os fenícios, como vemos na Odisseia. Se Hesíodo, como alguns afirmam, escreveu efetivamente dois livros, um sobre astronomia e outro intitulado Descrição da terra, não nos deve admirar vê-lo incluir em sua teogonia tantas lendas sobre o meio físico e geográfico.

Mas, deixando de lado essas tradições que se perdem na noite dos tempos, não é menos verdade que o velho historiador Heródoto nos dá noções geográficas curiosas, não somente sobre a parte setentrional, mas sobre o interior da costa ocidental da África. A fonte dessas informações não se esgotou com a morte de Heródoto. Ela se tornou mais abundante, graças às investigações de Scylax, de Pomponius Mella e, sobretudo, de Plínio, que muito recolheu da descrição do império romano feita por ordem de Agripa, das obras do rei Juba e de Stace Cebosus e das memórias de Sena; mas

devemos os detalhes mais preciosos sobre a África ocidental a Ptolomeu, cujas tabelas geográficas são a melhor e a mais pura fonte que possuímos da geografia dessa região, desde que tenhamos delas uma edição correta. Será a algum sábio francês que caberá fazê-la, comparando os numerosíssimos manuscritos gregos e latinos da geografia de Ptolomeu que se encontram na Biblioteca Real de Paris, para chegar a um texto exato e correto. Poderemos, então, entender mais facilmente a origem e os motivos de seus erros de graus e, sobretudo, corrigir suas longitudes, nas quais (talvez por causa da posição de seu primeiro meridiano, que ele situa no paralelo do Cap Sacré ou de São Vicente, em direção ao sul), encontro um erro de pelo menos 6°48'. Devemos a Ptolomeu a certeza da existência e da posição do Níger, que Plínio havia reconhecido.

A decadência do império romano e a irrupção dos bárbaros interromperam na Europa os estudos geográficos; mas, por sorte, tendo os árabes traduzido os livros gregos e se dedicado às ciências físicas e matemáticas, vários geógrafos dessa nação nos deixaram noções extensas sobre essa parte da África, aproveitando-se das conquistas e das viagens que por ali faziam. Entre seus geógrafos, deve-se uma honrosa menção a [Al-] Idrisi, vulgar e impropriamente chamado Mouro Núbio, e ao mouro batizado João Leão, o Africano.

Os portugueses, desejosos de combater a todo custo os seguidores de Maomé e de aumentar a extensão de seu território, são, entre os povos modernos, aqueles a quem mais devem a geografia em geral e o conhecimento da África em particular. Suas descobertas no oceano Atlântico Ocidental não datam, como vulgarmente se pensa, do infante Dom Henrique. Já no reinado de Afonso IV, eles conheciam as Canárias e a costa da África além do cabo Não; e, se essas navegações cessaram ou diminuíram até a época de Dom Duarte de Portugal, isso se deveu unicamente às desordens e às guerras de Fernando e de João I. Dom Afonso procurou fazer reconhecer e apoiou Dom Luiz de Lacerda como rei das ilhas Canárias, a que chama de Afortunadas, e de alguns outros domínios que ainda não haviam abraçado a crença em Jesus Cristo. A prova de tudo isso está na continuação dos anais eclesiásticos de Baronius por Oderic Rainald, volume IV, 1.^a e 2.^a coleções.

Se dermos crédito a alguns fragmentos extraídos por Groberg de um manuscrito intitulado Itinerario d'Antoniato Usodimare, guardado nos arquivos secretos de Gênova, já em 1221 os genoveses se haviam aventurado pelos mares da Guiné. Por isso, Antoniato Usodimare, ao chegar ao Algarves,